

CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: ENFRENTANDO AS VICISSITUDES ACTUAIS, GARANTINDO A SOBREVIVÊNCIA DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA

Adriano Fanissela Niquice

Resumo

No artigo cujo tema é *Currículo do Ensino Básico e Educação para a cidadania: enfrentando as vicissitudes actuais, garantindo a sobrevivência da sociedade moçambicana*, propõe-se discutir as condições (des)favoráveis à formação da cidadania. Parte-se do Plano curricular do Ensino Básico e dos quatro pilares propostos pela UNESCO (1996) para analisar as práticas dos professores reflectidas nas (im)possibilidades de adoptar uma abordagem metodológica adequada ao desenvolvimento da consciência cidadã. Os mapas conceituais das diferentes disciplinas, bem como dos temas transversais propostos no Plano Curricular sugerem que a realidade vivida e experimentada pelos alunos seja tomada para tarefas de reflexão com vista ao desenvolvimento da “consciencialização metacognitiva”, que resulta na “perspicácia na resolução de problemas”. A metodologia (qualitativa) usada permitiu trabalhar o conteúdo dos documentos (análise do conteúdo) e analisar a literatura relevante sobre a matéria de cidadania. A fase da discussão explora as teorias que fundamentam a construção da cidadania e os pilares que representam a dimensão da formação do cidadão. E isso é confrontado com o contexto moçambicano em que a pertinência de formação de cidadania mostra-se relevante para fazer face aos cenários que perigam o desenvolvimento, e só a cidadania efectiva e responsável pode salvar o país. Feita a análise, a conclusão a que se chegou revela haver um desafio para a concretização da educação para a cidadania, porquanto os professores não estão devidamente preparados metodologicamente.

Palavras-chave: Desenho do currículo; educação para a cidadania; pilares da educação; práticas curriculares; temas transversais e consciencialização.

Abstract

In the article which the theme is *Basic Education Curriculum and Education for Citizenship: facing the current vicissitudes, guaranteeing the survival of the Mozambican society*, it is proposed to discuss the (dis) favorable conditions for the citizenship training. It bases on the Basic Education Curricular Plan and the four pillars proposed by UNESCO (1996) to analyze the teachers practices reflected in the (im) possibilities of adopting an appropriate methodological approach to the development of citizen awareness. The conceptual maps of different subjects, as well as the cross-cutting topics proposed in the Curriculum Plan, suggest that the reality lived and experienced by the students is led into reflection tasks in order to develop “metacognitive

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

awareness", resulting in sagacity into problem solving ". The methodology (qualitative) used allowed to work the content of the documents (content analysis) and to analyze the relevant literature on the citizenship subject. The discussion phase explores the theories that underpin the citizenship building and the pillars that represent the dimension of citizen training. And this is confronted with the Mozambican context in which the pertinence of citizenship training which proves to be relevant to meet the scenarios that endanger the development, and only effective and responsible citizenship can save the country. After the analysis, the conclusion reached reveals that there is a challenge for the implementation of the citizenship education, because teachers are not adequately methodologically prepared.

Key words: Curriculum design; education for citizenship; pillars of education; curricular practices; cross-cutting themes and awareness.

Introdução

...o currículo do ensino primário embrutece as crianças (Macanandze, Jornal de 25 de Abril de 2013).

Ser cidadão hoje significa estar atento aos grandes problemas do mundo e aos pequenos problemas do cotidiano e dar o nosso contributo (Covas – disponível no site: pt.wikihow – acessado: 18.08.2017).

A sobrevivência da humanidade, em geral, e da sociedade moçambicana, em particular, terá de ser garantida, entre outros factores, pelo investimento na área da educação, apostando na formação do cidadão para enfrentar os desafios do nosso século XXI. A formação da criança ou da juventude como viveiro de qualquer sociedade constitui uma aposta séria. Em razão dessa visão, num artigo publicado na Revista *Mahungu* em 2011, explorou-se o significado de ensino básico para reiterar quão é importante considerar e acarinhar o desenvolvimento da criança como futuro cidadão (Niquice, 2011).

Quando se reconhece, a nível do (nosso) sistema educativo que “o currículo do ensino primário embrutece as crianças”, parece anúncio de um autêntico *apocalipse* no sentido em que a continuidade da nossa espécie enquanto comunidade, sociedade, está comprometida. Que cidadãos do amanhã esperamos ter? O que nos garante que possamos ter cidadãos para enfrentar o mundo cada vez cheio complexo e cheio de incertezas?

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

A actual situação mundial revela-nos que a promessa de um mundo melhor na passagem do século XX para XXI parece fazer gorar a esperança de milhões de pessoas que ainda vivem em situações de ameaças, de instabilidade de toda a natureza (social, política, económica), num ambiente em franca degradação.

Moçambique é uma jovem nação com desafios pela frente que exigem muito e árduo trabalho da sua população a quem se exige alto sentido de cidadania responsável. No limiar da proclamação da Independência Nacional em 1975, o primeiro Estadista moçambicano Samora Machel num dos seus discursos enfatizava a necessidade de *aprender para produzir e para lutar melhor* (discurso proferido em 1971). As quatro décadas de proclamação da independência têm revelado uma trajetória sinuosa percorrida até os dias de hoje. Muitos cenários caracterizam a sociedade actual, dentre eles importa referenciar os que representam um desafio para cidadãos nacionais, tais como: o cenário cabrito, o cenário caranguejo e o cenário cágado (AGENDA 2025). O ideal é construir o cenário abelha para tornar Moçambique uma nação capaz de proporcionar o bem-estar para os seus cidadãos. Que desafios se colocam, então?

O artigo que, ora, apresentamos retrata quão é importante a formação humana (cidadã) para um mundo cheio de desafios, e nele reconhece-se o papel do currículo cujo escopo é a educação. Alguns desafios para os quais há necessidade de preparar os cidadãos para os enfrentar, compreendem: as ameaças decorrentes de um mundo globalizado, o sofrimento originado por situações de vária natureza (fome, tensões e conflitos, pobreza). No limiar do século XXI, a UNESCO (1996) sugere uma educação assente em quatro pilares para fazer face aos desafios de uma nova realidade mundial.

Considerando o currículo como coração da escola, tem de ser desenhado observando os quatro pilares, nomeadamente: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos e conviver com os outros. Mais importante ainda é assegurar que as práticas curriculares estejam configuradas de modo a garantir uma formação integral do aluno (compreendendo os 4 pilares), um dos requisitos fundamentais para o exercício de uma boa cidadania. Por isso, neste artigo importa visitar os fundamentos teóricos em

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE que se apoia a construção de uma cidadania a partir do campo curricular como cerne de um conjunto de actividades e realizações visando ao desenvolvimento do aluno.

O segundo momento consiste em trazer os cenários que caracterizam a sociedade moçambicana actual (contexto socioeconómico e político); tais cenários relevam a necessidade de reflexão sobre os desafios presentes e futuros. Enquanto se faz a caracterização de cenários adversos, procede-se, igualmente, à radiografia do ensino a partir de estudos e avaliações feitas ao desempenho do sistema educativo, e à análise dos planos do governo para o fortalecimento da cidadania a partir da acção educativa das escolas. O último momento consiste em discutir alternativas visando a educação para a cidadania tomando por base o currículo (desenvolvimento curricular) do Ensino Primário.

Para a elaboração do artigo, recorre-se uma abordagem metodológica que compreende a análise da literatura, a análise documental, valendo-se ainda da experiência que o autor possui como profissional da educação há mais de três décadas ao serviço do sistema educativo. E o objectivo que norteia a elaboração do artigo é discutir as condições em que se busca a concretização da educação para a cidadania, e passa por analisar as práticas inspiradas no currículo do Ensino Básico.

Currículo e o desafio de educação para a cidadania – os quatro pilares e a educação de qualidade em questão

O currículo do Ensino Básico moçambicano arrola uma série de aspectos que proporcionem uma educação para a cidadania. Esses aspectos estão reflectidos nas principais orientações da lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), trata-se da lei nº 6/92. Na óptica de educação para a cidadania, prevê-se que o currículo contribua para:

- *Proporcionar o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade;*
- *Inculcar na criança, no jovem e no adulto padrões aceitáveis de comportamento: lealdade, respeito, disciplina e responsabilidade;*
- *Desenvolver a sensibilidade estética e capacidade artística das crianças, jovens e adultos, educando-os no amor pelas artes e no gosto pelo belo;*

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

- *Educar o cidadão a ter amor à Pátria, orgulho e respeito pela tradição e cultura moçambicanas;*
 - *Desenvolver conhecimentos sobre a saúde, nutrição e a protecção do meio ambiente;*
 - *Educar a criança, o jovem e o adulto para o respeito pelos órgãos e símbolos de soberania nacional;*
 - *Educar a criança, o jovem e o adulto para o espírito da unidade nacional, paz, tolerância, democracia, solidariedade e respeito pelos direitos humanos, em particular os direitos da mulher e da criança;*
 - *Assegurar o conhecimento e o respeito pela Constituição da República de Moçambique;*
 - *Educar a criança, o jovem e o adulto no espírito de cooperação internacional, de integração regional, continental e mundial;*
 - *Formar cidadãos com uma sólida preparação científica, técnica, cultural e física.*
- (pp. INDE/MINED, 2003, 18-19).

Estes aspectos exigem uma especial atenção no desenvolvimento curricular sobretudo na escola como nível de gestão do currículo, onde as iniciativas, a liberdade e a autonomia devem ganhar maior expressão. Entende-se, igualmente, que os actores a nível local devem envolver-se cada vez mais e de forma activa. Os pais, os encarregados de educação, a comunidade escolar e local, os líderes comunitários e os gestores da escola devem constituir um exemplo de convivência democrática, fazendo da escola um espaço de exercício da cidadania. Isso levanta uma série de questionamentos, porquanto a experiência revela situação diferente.

Os trabalhos científicos (Monografias Científicas) que venho orientando, alguns dos quais se debruçando sobre a participação da comunidade na vida da escola ou envolvimento dos pais/encarregados de educação na aprendizagem de seus filhos, revelam uma espécie de verticalismo na relação escola-comunidade, ou gestores-pais/encarregados de educação. Uma lição que os alunos aprendem é essa relação hierárquica, vertical, como procedimento de rotina.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

Em diversas ocasiões em que observamos aulas, ou quando os nossos estudantes o fazem durante as aulas práticas (nas disciplinas de Didática e Desenvolvimento Curricular) ou práticas pedagógicas, o ambiente de salas de aulas é frequentemente caracterizado como crítico em matéria de convivência democrática para uma boa lição de cidadania participativa para os seus actores sobretudo alunos. Os relatos e episódios sobre a relação pedagógica que caracteriza esses ambientes de aprendizagem reportam “relações antidemocráticas e violadoras da cidadania efetiva” (Frigotto, 1997, p. 12, na apresentação da obra de Gadotti e Romão, 1997).

Um desafio ainda maior à vista para o caso de Moçambique no percurso em que se experimentaram dois sistemas políticos, o de orientação socialista e o actual de orientação neoliberal, a cidadania tem de ser uma aposta séria, porque uma escola que queira formar uma cidadania efectiva se expõe a afrontar uma classe “emergente” que luta por impor uma democracia regulada pelo mercado. Como realizar este sonho?

O currículo tem sempre a face “oculta” e isso vale bastante para uma educação virada para a construção da cidadania. Tomando o facto de que a escola não seja apenas a preparação para a vida (adulta), mas sim um ambiente que proporciona a vida real (vívida e experimentada) pelos seus actores, vale a pena recordar a importância de construção e desenvolvimento do currículo atentando nos quatro pilares como uma aposta no incremento de uma educação que responde aos objectivos da cidadania. Assim, o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos e a conviver com os outros devem fundir-se em práticas curriculares mais relevantes e formadoras de consciência de cidadania dos alunos. Deste modo, evita-se aquilo que tem sido a prática de ensino instrumental que desenvolve competências vistas apenas numa perspectiva tecnológica, em contrapartida é preciso apostar no

ensino centrado na realidade social, em que o professor e alunos analisam problemas e realidades do meio sócio-económico e cultural, da comunidade local, com os seus recursos e necessidades, tendo em vista a ação coletiva frente a esses problemas e realidades” (Libâneo, 1994, p. 69).

Considerando que é na sequência da abordagem de conteúdos ou de mapas conceituais, é importante que isso seja feito com suporte em metodologias que estimulem a reflexão,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

análise de problemas vividos pelos sujeitos. Para a materialização de educação para a cidadania, a consciencialização mostra-se um aspecto importante na medida em que os alunos desenvolvem cada vez maior sensibilidade em relação aos fenómenos estudados; mais importante ainda é ter maior familiaridade com os aspectos preocupantes da vida, na perspectiva de busca de soluções práticas. Procede-se, primeiro, ao levantamento de aspectos críticos da realidade. Na verdade, é o que garante o desenvolvimento de “consciencialização metacognitiva”¹, um fundamento para a formação e desenvolvimento da cidadania. Por outras palavras, os alunos têm oportunidade de superar a compreensão superficial dos fenómenos, alcançando “a perspicácia na resolução de problemas”².

Assim, a cidadania traduz-se no “próprio direito à vida no sentido pleno”, sendo que tal “direito precisa ser construído coletivamente” (Leal, 2005, p. 37). Proporcionando a formação de consciência do aluno como (futuro) cidadão, a cidadania efectiva assume a razão de ser uma obrigação assumida pelo sujeito; e, por seu turno, essa obrigação é reflectida na responsabilidade, na participação e na solidariedade. Por outras palavras, o abecê da educação para a cidadania começa na escola, na sala de aula, a partir dos currículos escolares, sem, contudo, ignorar o papel das outras instituições sociais ou agentes socializadores. E educação para a cidadania, o que será?

Zeinade e Tosi (s/d) forcem-nos subsídios para considerar a educação para a cidadania como um processo amplo, envolvente, interdisciplinar, inter e multisectorial visando à promoção dos direitos humanos dos cidadãos (http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_naza_oqe_educ_cidadania.pdf).

Com isso, pretende-se que os cidadãos reconheçam os seus direitos e os pratiquem no dia-a-dia. Portanto, a a educação para a cidadania é o garante do exercício da cidadania sobretudo quando os cidadãos se assumem críticos e tornam práticas as suas obrigações éticas, deveres e direitos em relação à vida em geral (política, económica, social, cultural), e têm sob seu controlo a sua própria vida. Neste sentido, o título do tópico – educação

¹ Site: fisica.uc.pt/data/20062007/apontamentos/apnt_017_8.pdf – acessado: 25.11.2017.

² Idem.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE para a cidadania – realça a preparação e formação das pessoas para que tenham consciência dos seus deveres, direitos e obrigações.

Dois pormenores devem ser assinalados para salvaguardar alguns equívocos a respeito da educação para a cidadania cujo papel é atribuído à instituição escolar, entre outras instituições e organizações. Primeiro, devemos destacar o nível de desenvolvimento da sociedade, sobretudo das instituições sociais que devem saber ocupar o seu lugar na sociedade; segundo, devemos entender a razão de atribuição do papel fundamental da escola na materialização da educação para cidadania, uma vez que promove a educação sistemática. Deste modo, parte-se de princípio que a cidadania é “*resultado do fazer pedagógico*” (Gutiérrez, 2000, p.59).

Qual é o sentido do tópico em discussão?

Ao se destacar o currículo (como expressão de educação formal), evidencia-se o papel da escola para garantir que os cidadãos de um país, no caso vertente, Moçambique, beneficiem de educação como qualquer bem público e básico para a sobrevivência. Os que tiverem o azar de desperdiçar a oportunidade de acesso à educação (por quaisquer razões), sujeitam-se a encarar um futuro incerto, tenebroso, e cada vez mais vão ficando distantes da escala económica e social, como defende Iosif (2007, p. 91). Mais responsabilidades da escola no sentido de que não permita que alunos deixem escapar essa oportunidade de emancipação e de realizar os mais diversos desígnios da vida individual e colectiva exercendo a cidadania.

Buarque (2006) alerta que “algumas [pessoas] viverão com os primitivos recursos do século XIX” (apud Iosif, 2007, p. 92), e no nosso caso torna-se ainda pior, considerando o estágio de desenvolvimento da nossa sociedade. Essas pessoas sujeitam-se ainda à condição de se lhes recusar a o estatuto de humanos, ou seja, uma condição de não-humano. Para evitar que algumas pessoas excluídas do processo de desenvolvimento dinâmico da sociedade actual, há um esforço empreendido pelos Estados e Governos, como é o caso de Moçambique, para que os cidadãos sejam, de facto, detentores de cidadania. Mas para tal um desafio se coloca: **garantir uma educação de qualidade.**

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

No caso de Moçambique, a primeira vitória depois da proclamação da independência nacional foi a massificação da educação (democratização no aspecto quantitativo). Em pouco menos de um ano após a proclamação da independência nacional (1975) a população escolar conheceu um incremento surpreendente, como mostra a tabela.

Tabela: 1 – Evolução da população escolar moçambicana

| População escolar até 1974 | População escolar no período subsequente (Ensino Primário) | | |
|----------------------------|--|-----------|-----------|
| | 1975 | 1976 | 1979 |
| 636.824 | 671.617 | 1.276.500 | 1.498.729 |

Fonte: Golias, 1993, p. 112.

Reconhecendo o esforço de formar cidadãos, criando condições para o acesso à educação, mas há ainda muito trabalho e desafios, nomeadamente **a elevação da qualidade** dessa educação como verdadeiro “trampolim” para a construção da cidadania efectiva. É notório o interesse em incorporar disciplinas e temas transversais relacionados com a cidadania no Plano Curricular do Ensino Básico (Primário), mas há um problema que tem a ver com a formação de professores para a leccionação dos conteúdos respectivos. O despreparo dos professores é um constrangimento prático e comprometedor para uma educação para a cidadania.

E porquê o currículo e os 4 pilares nesta discussão sobre educação para a cidadania? Recorde-se, os 4 pilares propostos pela UNESCO (1996) compreendem o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos, com os outros. O que isso representa para prática de ensino e pedagógica dos professores no seu quotidiano?

- No que toca ao pilar *aprender a conhecer*, o ensino está virado e empenhado para/na transmissão de conhecimentos, com recurso a uma metodologia de tendência formalista-clássica (Filho, 2001 apud Niquice, 2006, p. 12). Esta metodologia associa-se ao que Leão (1999, p. 196) designou por *episteme*

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

essencialista e fenomenista dos séculos XVII e XVIII, respectivamente, que mais se empenha na transmissão e descrição dos factos.

- Em relação ao *aprender a fazer*, o ensino não só é transmissivo, mas também livresco e baseado na memorização, muitíssimo pouco exercita as habilidades dos alunos, mesmo com a introdução das disciplinas ditas de cunho profissionalizante no currículo. No caso vertente, chega-se ao extremo de dispensar a sua leccionação e substituí-las por outras como Matemática, Língua Portuguesa.
- No pilar *aprender a ser*, parece onde reside a problemática e o cerne da questão de cidadania, uma vez que tem a ver com o desenvolvimento de valores, atitudes, comportamentos da personalidade. Há uma vivência e ambiente adequados para que se forme a personalidade do aluno inspirada no clima escolar. Quanto a isso, ainda se assume um posicionamento reticente.
- Finalmente, o pilar *aprender a viver juntos, com os outros*, um dos maiores desafios da educação, que é permitir o conhecimento e reconhecimento do outro e de si mesmo, o que garante que se fomente o respeito mútuo (Rodrigues, 2013). Importa realçar que o primeiro “laboratório” para o desenvolvimento dessas qualidades é a sala de aula sobretudo quando nela se privilegia formas de cooperação, nomeadamente, o trabalho em grupo, a aprendizagem cooperativa, quando se implementam técnicas de dinâmica de grupo, entre outras metodologias que estimulam a interacção.

Como se avalia o cenário actual, no caso de Moçambique?

A educação, em geral, atravessa uma crise sem precedentes, e o problema de formação de cidadania, em particular, deixa muito a desejar. Recorrendo a alguns “profetas” educacionais, como Lister, que anunciam a *crise educacional* a partir dos acontecimentos do presente e fazem o prognóstico da continuidade dessa crise no futuro (Lister, 1973, p.37 in Buckman, 1973), enquanto a instituição escolar não poder formar cidadãos para viver as “*realidades da vida*” (Lister, 1973, p.37), este parece ser o nosso cenário.

O currículo não está a tomar conta da realidade da vida que deve ser entendida na sua dimensão complexa, no seu contexto sociopolítico, económico e cultural. A preparação

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE do Homem tem de deixar o carácter exclusivamente instrumental e tecnológico e abranger a esfera social e política, e esse seu carácter parece resultar de uma confusão conceitual que no dizer de Lister “todos os homens ligados ao sistema escolar tendem a confundir escolaridade com educação, que a aprendizagem é uma mercadoria e que o saber chega em embalagens processadas” (*op.cit.*, p. 39).

A denúncia de Buckman, na qual mostra a questão da educação relegada para o segundo plano, ei-la:

As escolas que estão amarradas a currículos, exames, notas e certificados; as escolas que se baseiam na frequência obrigatória e consomem mais energia numa função custodial do que em seu papel educativo; as escolas que são licenciadas pelo Estado para exercer um monopólio do ‘saber certificável’ – essas instituições impedem um aluno de conhecer o suficiente sobre o funcionamento da sociedade para que possa compreendê-la e modificá-la (Buckman, 1973, p.11).

Uma leitura em relação ao cenário vivido em matéria de formação da cidadania, permite-nos tomar um posicionamento crítico segundo o qual em muitas situações de organização de ensino e da aprendizagem não se potencia a formação em valores a partir do **questionamento da realidade**. Não se problematiza a realidade em toda a sua dimensão cultural, política, económica, social enquanto espaço de intervenção do Homem como entidade responsável.

Neste sentido, seguindo a lógica da pedagogia e das suas tendências é preciso reconhecer que o trabalho pedagógico (do professor e da escola) para desenvolver a educação para a cidadania depende do paradigma assumido. Primeiro, para alcançar os objectivos de uma educação para a cidadania passa por formar homens com consciência de dever, sobretudo na participação da luta pelo progresso social, o que requer muita acção ousada dos actores e intervenientes no processo educativo. Para esse acto ousado e duro os actores mostram-se reumáticos e muito podem fazer de momento?

Conforme os desafios expostos, mais uma vez a actuação dos professores é posta à prova, exigindo que a sua formação seja questionada de modo a não comprometer todo o projecto pedagógico e curricular com vista à materialização de temas relacionados com a formação da cidadania. Quanto a este problema, fica uma tarefa da escola cidadã

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE comprometida com a formação da cidadania, e por isso, tem de cuidar de todas as condições que garantam a consecução desse desiderato.

Cenário educativo, socioeconómico e os desafios de formação de cidadania moçambicana e o desempenho do sistema educativo

O Governo de Moçambique (2015-2019) apresenta uma das suas prioridades (1^a): *consolidar a unidade nacional, a paz e a soberania*, o que enfatiza a importância o papel dos seus cidadãos, por exemplo,

“na promoção e defesa na moçambicanidade e para cultivo, manutenção e elevação dos valores de auto-estima, do espírito patriótico, da amizade, de solidariedade, da inclusão, de respeito mútuo, da tolerância e convivência pacífica, e de valorização contínua da diversidade cultural e ideológica como base para a consolidação e construção de uma Nação Moçambicana cada vez mais forte e coesa” (Governo de Moçambique, 2017, p. 7).

No mesmo Plano Quinquenal onde se apresenta a prioridade, propõe-se, igualmente, desenvolver, entre outras acções prioritárias, “potenciar a aquisição de habilidades e de competências essenciais de leitura, escrita e cálculo no Ensino Primário” (Ibidem, p.13).

Mas que cidadãos e com que preparação?

O que é preocupante é o facto de no mesmo Plano Quinquenal apresentar-se um quadro sombrio em relação ao desempenho dos alunos do Ensino Primário no que concerne às habilidades e competências em alusão. O quadro apresentado é sombrio quando se faz menção ao objectivo estratégico que refere o seguinte:

“promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades, gestão e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano” (Governo de Moçambique, *op.cit.*, p.19).

Porquê sombrio o quadro a que se faz alusão?

Conforme referira anteriormente, ao anunciar uma crise sem precedentes no sistema educativo, calcula-se que cerca de 6,3% dos alunos que concluem a 3^a classe “atingem as competências básicas de leitura, escrita e cálculo” (Ibidem, p. 19), o que não deixa de ser preocupante, uma vez que o sistema está a “graduar” e/ou “promover” muitos alunos na

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE
condição de analfabetos cujo futuro é incerto e dramático. Que cidadania se espera que esses futuros cidadãos possam exercer efectivamente?

Para já um país caracterizado por cenários que perigam o seu desenvolvimento numa altura em que está entre as nações mais pobres do mundo, Moçambique apresenta o índice mais baixo de desenvolvimento humano, conforme a AGENDA 2025 (2003, p.15). Na sequência dos aspectos que possam contribuir para o sucesso de Moçambique, existem os **pontos fortes** diagnosticados no âmbito da elaboração da AGENDA 2025; desses pontos fortes existem os que têm a ver com o bom exercício da cidadania, nomeadamente: “a cultura democrática (embora no seu estado embrionário), o convívio com a diversidade cultural, a capacidade de gestão de conflitos internos, aumento da capacidade no domínio da ciência e investigação, papel das comunidades rurais e suas instituições no processo de desenvolvimento” (Ibidem, p. 59). Reconhece-se que isso exigirá sempre um bom exercício de cidadania, garantindo a continuidade do trabalho já iniciado através de futuras gerações.

Quando se enumeram os pontos fracos, aponta-se o nível educacional extremamente baixo, que afecta, em grande medida, a mulher sobretudo das zonas rurais. Esse aspecto negativo associa-se a outros pontos identificados, tais como: “a degradação ambiental, a capacidade de previsão e controlo das calamidades naturais, elevado índice de doenças e endemias, corrupção instituída nos serviços públicos e no sector privado” (Ibid., p. 61).

Entre os pontos considerados positivos, por um lado, e os considerados fracos, por outro lado, há ainda cenários que perigam o desenvolvimento e que só a formação de cidadãos pode ser um dos factores de sucesso. A formação de cidadãos mostra-se importante para fazer face ao cenário cabrito, lutando contra factores, tais como a exclusão social, a corrupção, a intolerância.

Sabendo que uma das qualidades de boa cidadania é o envolvimento construtivo, conforme se referiu na introdução que ser cidadão “significa estar atento aos grandes problemas e aos pequenos problemas do quotidiano” (Covas, site: pt.wikihow, acessado em 18.08.2017), deste modo se criam condições para enfrentar o cenário caranguejo, promovendo o diálogo.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

Um dos problemas que periga o desenvolvimento é o egoísmo e muitas vezes os interesses individuais sobrepõem-se aos colectivos. É também factor constrangedor a insensibilidade em relação aos problemas, o que retarda a tomada de decisões em momentos certos e oportunos. Têm-se vivido situações tristes de letargia face aos problemas que reclamam soluções e intervenções rápidas dos cidadãos. Só invertendo esta postura se pode fazer face ao cenário cágado, que é igualmente característico de Moçambique.

Que desafios, então?

Sugere-se um cenário que contribua para a construção do Projecto de Nação. É o cenário abelha que representa um desafio. Os cidadãos precisam apostar no diálogo construtivo, na negociação caracterizada por uma abertura. Uma postura interessante é que cada cidadão dê os seus préstimos em prol do desenvolvimento. Impõe-se uma disciplina de trabalho, um espírito empreendedor. Neste sentido, a escola tem de ser a “forja” dessa formação através de trabalho pedagógico que incentive e desenvolva a cultura de aprender.

Alternativas para implementação da educação para a cidadania assentes no desenvolvimento curricular

A proposta curricular do Ensino Básico (Primário) apresenta um conjunto de temas transversais, tais como: declaração dos direitos humanos, os símbolos nacionais, o Conselho da Escola, as Organizações regionais, continentais e mundiais de que faz parte Moçambique, as línguas (bantu) nacionais, as cores da bandeira nacional e seu significado, o hino nacional, Constituição da República de Moçambique, entre outros.

Esta temática constitui, no fundo, uma base para a promoção de educação virada para a formação da cidadania, mas precisa de uma postura ousada, criativa dos intervenientes no processo de ensino-aprendizagem. Quer professores, gestores escolares, quer membros da comunidade, líderes locais, pais e encarregados de educação devem unir seus esforços em prol de uma educação para a cidadania.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

- A diversificação de actividades, tais como círculos de debates sobre esses temas, círculos de interesse, actividades co-curriculares que melhoram o conhecimento do seu maior ambiente, recursos, potencialidades, problemas/calamidades, é uma das estratégias.
- Actividades de carácter sociocultural que possam integrar membros da comunidade e/ou com o envolvimento destes proporcionam um ambiente de socialização e de construção da personalidade dos alunos.
- Os projectos em diferentes vertentes: social, científico-pedagógica, cultural, aprofundam os conhecimentos dos alunos sobre a sua realidade (meio); ajudam igualmente a desenvolver o espírito de solidariedade e patriótico.

Conclusão

A proposta do tema teve em vista discutir as condições (des)favoráveis à materialização da educação para a cidadania no contexto de desenvolvimento curricular moçambicano. O currículo em análise é do Ensino Básico, procurando proceder ao levantamento de uma série de factores concorrentes e/ou discordantes, desde as intenções propostas até as práticas dos professores. Na análise de factores, busca-se a (des)conformidade, o (des)enquadramento das práticas dos professores em função das intenções expressas no texto curricular orientadas para educação da cidadania.

As práticas dos professores são analisadas e questionadas a partir das possibilidades de desenvolver a consciencialização dos alunos, tomando por base os mapas conceituais, confrontando a temática e a realidade vivida. O que se conclui a partir dessa análise é que apesar de proposta de temas com riqueza para a educação da cidadania, há um desafio enorme para tornar factível a proposta de formação de cidadãos moçambicanos porque a formação de professores em matérias previstas sobretudo do ponto de vista de abordagem metodológica deixa muito a desejar.

Referências Bibliográficas

AGENDA 2015 – *Visão e estratégias da Nação*, Maputo, 2003.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE
Buckman, P. (org.) *Educação sem escolas*. Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda, Coleção Meta, 1973.

Covas, António. *Assumir-se cidadão do mundo* – disponível no site: pt.wikihow, acessado: 18.08.2017.

Gadotti, Moacir e Romão, José. *Autonomia da escola: princípios e propostas*, 5. Ed., São Paulo, Cortez/Instituto Pauto Freire, Guia da Escola Cidadã, vol. 1, 2002.

Golias, Manuel. *Sistemas de ensino em Moçambique: passado e presente*, Maputo, Editora Escolar, 1993.

Governo de Moçambique. *Proposta do Programa Quinquenal do Governo (2015-2019)*, Maputo, 2015.

INDE/MINED. *Plano Curricular do Ensino Básico*, Maputo, Inde, 2003.

Iosif, Ranilce M. G. *A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil*, Brasília, 2007 [Tese de Doutorado] – disponível no site: http://repositorio.unb/bitstream/10482/2560/1/Tese_RanilceMascarenhasGIosif - acessado: 18.11.2017.

Leão, Denise M. M. *Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista*, Caderno de Pesquisa n° 107, julho de 1999 – disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107a08.pdf> - acessado: 06.04.2017.

Macanandze, Coutinho. *MINED reconhece que o currículo “embrutece” as crianças*, Jornal @ Verdade, de 25 de Abril de 2015 – disponível no site: <http://www.verdade.co.mz/nacional/36527-mined-reconhece-que-o-curriculo-do-ensino-primario-embrutece-as-criancas> - ACESSADO:2017.04.12

Machel, Samora. *Produzir é aprender, aprender para produzir e lutar melhor*, 1971, Coleção A Nossa Luta, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

Niquice, Adriano. *Reflectindo sobre o significado de Ensino Básico*, Revista Mahungo, UDEBA-LAB, Cidade de Xai-Xai, 2011.

Niquice, Adriano. *Metodologia de aprendizagem por solução de problemas* – In: Revista SUMMA, USTM, junho de 2006.

Ribeiro, António C. *Desenvolvimento Curricular*, 5. Ed., Lisboa, Texto Editora, 1993.

Rodrigues, Paula C. R. *Multiculturalismo – A diversidade cultural na escola. Relatório da Atividade profissional, Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico*, Lisboa, Escola Superior de Educação João de Deus, 2013 – disponível no site: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400,26/3683/1/PaulaRodrigues.pdf>.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE
UNESCO. *Educação: Um tesouro a descobrir – Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, Porto, Edições ASA, 1996.

Zeinade, Maria de Nazaré e Tosi, Giuseppe. *O que é educação para a cidadania?* – disponível no site:
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_naza_oqe_educ_cidadania.pdf -
acessado: 19.11.2027.

website

[fisica.uc.pt/data/20062007/apontamentos/apnt_017_8.pdf](http://www.fisica.uc.pt/data/20062007/apontamentos/apnt_017_8.pdf) – acessado: 25.11.2017.

Recebido 20/10/2017.

Aceito: 26/11/2017

Sobre o autor e contato:

Doutor em Educação pela PUC, SP, Docente de Teoria de Currículo, Planificação e Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores, Universidade Pedagógica de Moçambique.

E-Maisl: adriano_niquice@yahoo.com.br